



Boletim Semanal

Filiado à CUT/FENAJUFE

# Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Terça-feira • 18 de abril • Ano VI

## Servidores do Judiciário vão parar Greve é contra a demora do Congresso em aprovar o PCS

O Sindjus convoca todos os servidores do Judiciário a paralisarem suas atividades durante 48 horas, nos dias 26 e 27 (quarta-feira e quinta-feira da próxima semana), num protesto contra a demora do Congresso em aprovar o PCS, que tramita atualmente na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. A formalização da greve será decidida durante assembléia da categoria, a ser realizada na terça-feira (25/04), na Praça dos Tribunais, às 17 h.

A mobilização será uma forma de

chamar a atenção dos parlamentares no Congresso Nacional, que se encontram com suas atividades legislativas praticamente paradas desde o início do ano. Prova disso é o Orçamento Geral da União, considerado vital para a execução de obras e viabilização de investimentos diversos nos estados e municípios de todo o País. Estamos na segunda quinzena do quarto mês de 2006 e o orçamento, que costuma ser aprovado em dezembro do ano anterior, ainda não saiu das reuniões e conversas entre os parlamentares.

Logo após o período de paralisação, a greve de 48 horas será avaliada pela categoria numa assembléia geral, a ser realizada no final do dia 27, que decidirá se o movimento terá ou não, continuidade por tempo indeterminado. A mesma assembléia também será realizada de forma simultânea em cada estado brasileiro.

### Não deixe de participar: PCS Já!

#### Assembléia da Categoria:

dia 25 de abril

**Local:** Praça dos Tribunais

**Horário:** 17h

Paralisação de 48h dos servidores do Judiciário pela aprovação do seu PCS

**Dias:** 26 e 27 de abril



# Mobilização pelo PCS já faz parte da história de luta dos servidores

**A** greve já faz parte da história da nossa categoria, uma vez que as principais demandas foram conseguidas após intensos períodos de mobilização, em que os trabalhadores mostraram sua força e a união necessária para lutar pelos seus anseios.

Temos vários exemplos disso. O mais recente diz respeito ao próprio projeto do PCS que tramita no Congresso, com a greve realizada pelos servidores do Judiciário no período entre 24 e 29 de novembro do ano passado para inclusão do projeto na pauta do Conselho Nacional de Justiça. A paralisação conseguiu o seu objetivo e no mesmo dia em que foi aprovado, o projeto foi reencaminhado para a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, que aprovou o relatório do projeto sobre o PCS poucos dias depois: em 15 de dezembro.

Voltando atrás mais um pouco, lembramos a paralisação dos servidores para conquista do reajuste da GAJ, em 2004. E, principalmente, a

mobilização realizada pelos servidores no ano de 2002 pelo PCS, período em que foi realizada uma greve de 28 dias, considerada inédita na categoria até então.

A paralisação contou com a adesão de mais de dez mil servidores levou à aprovação do PCS. O movimento da categoria pelo PCS, na época, a exemplo do que acontece atualmente, foi marcado por assembleias, passeatas (algumas delas com a participação de mais de cinco mil servidores, como a que seguiu da Catedral de Brasília até o Congresso Nacional), paralisações de 48 horas e paralisações de duas horas nos locais de trabalho, até se chegar à greve dos 28 dias.

Foi como consequência desse movimento que em 19 de junho de 2002, foi aprovado o requerimento de urgência para votação e, em 21 de junho de 2002, houve a aprovação final. Vamos retomar esse espírito de união e luta e nos engajar, todos juntos, pela aprovação do PCS!

AS PRINCIPAIS DEMANDAS DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO FORAM CONSEGUIDAS APÓS INTENSOS PERÍODOS DE MOBILIZAÇÃO.

## 13ª. plenária nacional da Fenajufe: assembleia geral elegerá delegados

Em continuidade aos procedimentos para a participação do Sindjus/DF na 13ª Plenária Nacional da Fenajufe, que será realizada em Natal (RN) nos dias 19, 20 e 21 de maio, o sindicato realiza, na próxima quinta-feira (20/04), assembleia geral para eleger os delegados que vão representar a entidade no encontro. A assembleia será realizada no Ministério Comunidade Cristã Fonte e Vida,

localizado no Setor de Diversões Sul, em frente ao edifício Venâncio V (no Conic), a partir das 18h. Todos os associados estão convocados para participar da assembleia.

Fazem parte da pauta da plenária, discussões sobre o regimento interno, conjuntura, plano de lutas da federação, prestação de contas (no período de 03/2005 a 03/2006) e moções diversas.

## QUINTA-FEIRA TEM REUNIÃO COM DELEGADOS SINDICAIS

Na próxima quinta-feira (20/04), o Sindjus reúne todos os seus delegados sindicais para discutir com eles a mobilização dos servidores do Judiciário pelo seu projeto de PCS e contra a morosidade do Congresso, bem como a possibilidade de greve - a ser decidida na assembleia da próxima terça-feira (25/04).

No encontro, os delegados vão debater a estratégia de organização da paralisação de 48h nos locais de trabalho do Judiciário e as atividades de cada um junto aos servidores, como apoio à categoria durante o período de mobilização. A reunião acontecerá no Hotel Nacional, entre 14h e 18h.

## Projeto está na Câmara desde agosto passado

O projeto de lei sobre o PCS do Judiciário (PL 5845/05) chegou ao Congresso em 31 de agosto, quando foi encaminhado para a Comissão de Trabalho. Pouco tempo depois, foi devolvido para o Judiciário, devido a uma exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de que todos os projetos referentes à criação de cargos e pagamento de pessoal do Judiciário precisariam ser, antes, submetidos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Preocupada com o atraso para inclusão do PL na pauta do Conselho, a categoria iniciou uma greve no dia 24 de novembro - que prosseguiu até o dia 29, quando o CNJ finalmente aprovou o projeto. O PL foi, então, reencaminhado para a Câmara dos Deputados, onde o Sindjus já tinha mantido contatos com o relator e membros da Comissão de Trabalho.

No dia 15 de dezembro, a Comissão de Trabalho aprovou o PL e o remeteu para a Comissão de Finanças e Tramitação. Foi aí que os problemas partidários e estruturais do País começaram a atingir diretamente o Congresso. No caso da comissão de Finanças, em especial, a eleição para troca de presidente e vice-presidentes ainda encontra-se prestes a acontecer, devido à demora para escolha da liderança do PMDB na Casa e os trabalhos legislativos de 2006 na referida comissão ainda não foram iniciados.

O Sindjus manteve entendimentos com o relator do PL, Geddel Vieira (PMDB-BA). Vieira disse que apóia a proposta de PCS e que dará parecer favorável ao PL, mas a comissão só pode começar a funcionar depois da definição do novo presidente.

O PL 5845/05 está sendo avaliado quanto ao seu impacto orçamentário e dentro das normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Também será fundamental pressionarmos o Poder Judiciário para que assuma seu papel de negociador junto ao Poder Executivo forçando a alocação dos recursos necessários a implantação do PCS!